

O Édipo e a tragédia em Freud e Nietzsche

Oswaldo Giacoia Jr.

Departamento de Filosofia – IFCH/Unicamp

E-mail: giacoia@tsp.com.br

Resumo: Partindo dos *Três ensaios sobre a sexualidade* e de *A interpretação dos sonhos*, o presente trabalho tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre o estatuto e a função do complexo de Édipo no interior da reflexão de Freud sobre a cultura, tomando como apoio principal sua interpretação da tragédia grega. Paralelamente, contraste a interpretação de Freud com a que Nietzsche faz da elaboração trágica do mito para extrair conseqüências epistemológicas relevantes das duas abordagens.

Palavras-chave: tragédia; Édipo; sexualidade; conhecimento; cultura, mito.

Abstract: The article starts with an analysis of Freud's Three Essays on Sexual Theory and The Interpretation of Dreams, and develops a reflection on the theoretical statute and the function of Oedipus Complex within Freud's theory of the culture with the help of his interpretation of the greek tragedy. In comparison to that, it presents Nietzsche's philosophical view of the cultural meaning of the tragic myth intendig to draw out some relevant epistemological consequences of this confrontation.

Key-words: Tragedy; Oedipus; Sexuality; Knowledge; Culture; Myth.

A terceira dissertação dos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1. ed. 1905, 8. ed., 1942) nos oferece uma ocasião privilegiada para contrastar o que poderíamos denominar raízes pulsionais endógenas do complexo

de Édipo com a “exterioridade” da proveniência das interdições morais que balizam a escolha de objetos sexuais na puberdade e dão origem ao tabu do incesto. Pois, de acordo com a passagem dos *Três ensaios sobre a sexualidade* a que nos referimos, Freud admite ser mais próximo e natural – levando-se em conta a longa dilação do processo humano de amadurecimento sexual – que a criança escolha como objetos sexuais aquelas mesmas pessoas que, desde a mais remota infância, ela amava com uma libido embotada, em direção inversa, portanto, à interdição do incesto. Com o advento do período de maturação sexual, escreve Freud, chega também o tempo próprio de

[...] instituir as limitações ao incesto, ao lado de outras inibições sexuais, introjetar aqueles preceitos morais que excluem expressamente as pessoas amadas da infância, como parentes consangüíneos, da escolha de objeto. A observância dessa limitação é, sobretudo, uma exigência cultural da sociedade, que tem de se defender contra o consumo pela família de interesses, dos quais ela necessita para a produção de unidades sociais mais elevadas e, por causa disso, atua com todos os meios, em cada indivíduo, especialmente no adolescente, para afrouxar a conexão com sua família, a única determinante na infância. (Freud 1905, pp. 128 e s.)¹

Percebe-se, portanto, que se trata de uma coerção externa, de uma injunção de *exclusão*, pois, não fosse pela imposição de uma outra meta, seria natural (ou, nas palavras de Freud, “ficaria mais próximo”) para a criança escolher como objetos sexuais de seu interesse justamente as pessoas a que estava libidinosamente ligada desde a mais tenra infância. Além disso, essa exclusão se coloca como uma exigência (*Forderung*) da sociedade e da cultura, em vista de uma tarefa mais ampla de ligação libidinoso: a de formar unidades sociais mais elevadas, amplas e complexas do que a unidade familiar. Filologicamente, o elemento de força se faz notar, no texto, por expressões do tipo: a sociedade tem de se *defender* com todos os meios para *evitar a dissipação* ou o gasto intrafamiliar, das

¹ Não havendo indicação em contrário, as traduções são de minha autoria.

energias e interesses libidinais de que a mesma sociedade carece para seu desenvolvimento e o da cultura. É no mesmo sentido que argumenta uma nota à edição de 1915 dos *Três ensaios...*:

A interdição ao incesto pertence provavelmente às aquisições históricas da humanidade e, como outros tabus morais, já pôde ter-se fixado em muitos indivíduos por meio de herança orgânica. Todavia, a investigação psicanalítica mostra quão intensivamente o indivíduo singular, em suas fases de desenvolvimento, ainda luta com a tentação do incesto, e quão freqüentemente ele a transgride em fantasias e mesmo na realidade. (Freud 1905, p. 129)

Essa primeira escolha de objetos sexuais, realizada durante a puberdade, só se efetiva primeiramente em fantasias, isto é, como representações que não se realizam no mundo externo, como de resto boa parte da vida sexual infantil só encontra efetividade na representação. Na medida em que a realização fantasiosa da primeira sexualidade propriamente apoiada no sistema genital tem importância fundamental para toda a economia psíquica da criança, adquire particular relevância, para meus propósitos no presente trabalho, a natureza, a estrutura e a forma do material de que é constituído esse gênero de representações, que também constituem parte integrante de boa parte das fantasias noturnas, tornadas conscientes nos sonhos. Sonhos que, segundo Freud, com muita freqüência são fantasias infantis reavivadas sob influência e com apoio em estímulos da vida de vigília presentes na memória.

Nesse mesmo contexto temático, em outra nota importante de rodapé, desta feita introduzida na edição de 1920 dos *Três ensaios...*, Freud mostra que tais fantasias da puberdade têm longo alcance na vida do indivíduo, não apenas conservando-se como material para elaboração onírica, mas também reatando com a investigação sexual, abandonada na infância, e alcançando até conteúdos representativos oriundos dos mais remotos períodos da latência sexual.

Freud elenca então algumas dessas fantasias sexuais da puberdade, colocando-as em conexão com o conteúdo e a estrutura formal do

complexo de Édipo, numa transição argumentativa linear. Essa relação tem por base determinadas características daquelas fantasias que é necessário destacar. Estas seriam fantasias especiais, caracterizando-se, então,

[...] por sua ocorrência universalíssima e ampla independência da vivência individual. Assim são as fantasias de espreitar o relacionamento sexual dos pais, da sedução infantil pela pessoa amada, da ameaça de castração, as fantasias com o corpo materno, cujo conteúdo são a permanência e mesmo vivências no corpo da mãe, e o assim chamado “romance familiar”, no qual o adolescente reage à diferença de sua posição relativamente aos pais, agora e na infância. (Freud 1905, p. 129, nota 2)

O. Rank mostrou, para o último exemplo, as relações próximas dessas fantasias com o mito em seu escrito *O mito do nascimento do herói*, de 1909.

Com direito se diz que o complexo de Édipo é o complexo germinal das neuroses, a parte essencial no conteúdo da neurose. Diz Freud:

Nele culmina a sexualidade infantil que, por seu efeito posterior, influencia decisivamente a sexualidade do adulto. Para cada novo recém-nascido humano, é colocada a tarefa de dominar o complexo de Édipo; quem não a realiza, descamba para a neurose. O progresso do trabalho psicanalítico sempre destacou incisivamente a significação do complexo de Édipo; seu reconhecimento é o *shiboleth* que separa os adeptos da psicanálise de seus adversários. (Freud 1905, p. 129)

Matéria e forma do complexo de Édipo nada têm, pois, de casual, de contingente; juntas, elas configuram uma estrutura universal do psiquismo humano, em cujo interior se desenrola o complexo jogo das formações e deformações da sexualidade pela originária ligação libidinosa da criança com a mãe, e da hostilidade voltada contra o pai – estrutura que é comum, portanto, a psiconeuróticos e normais. O complexo tem origem nos primórdios da sexualidade infantil e seu desenlace remonta a uma aquisição histórica, fixada por herança biológica filogenética, reproduzindo-se com regularidade em cada novo “recém-nascido humano”.

Daí decorre também a universalidade do conteúdo das fantasias e sua surpreendente independência em relação às experiências concretas da vida individual.

Como sabemos, o tema é antigo no pensamento de Freud. Ele já se apresenta, em sua função teórica mais relevante, na carta de Freud a Wilhelm Fliess de 15 de outubro de 1897 – cujo conteúdo é parcialmente retomado em *A interpretação dos sonhos* (de 1900). Nessa missiva, encontramos a primeira referência explícita e nominal ao complexo de Édipo, bem como a comprovação de que o *status* conceitual desse complexo foi estabelecido a partir da auto-análise de Freud. Refletindo sobre o material de sua auto-análise, Freud confessa ao amigo:

Ser inteiramente honesto consigo mesmo é um bom exercício. Um único pensamento de valor universal se abriu para mim. Encontrei também em mim o apaixonamento pela mãe e o ciúme contra o pai, e agora os considero um acontecimento universal da primeira infância, ainda que não tão inicial como nas crianças que se tornaram históricas. (Semelhante ao romance de origem da paranóia – heróis, fundadores de religião.) Se isso é assim, então, entende-se o poder cativante do rei Édipo, apesar de todas as censuras que o entendimento levanta contra o pressuposto do fato, e entende-se por que mais tarde o drama do destino trágico teve de fracassar tão miseravelmente. Contra toda coerção arbitrária particular, como é pressuposto na *Avó-Ancestral (Abnfrau)*,² crisa-se nosso sentimento, mas a saga grega apreende uma coerção que cada qual reconhece, porque sente em si sua existência. Cada um dos ouvintes foi uma vez, em germe e na fantasia, um tal Édipo, e assusta-se perante a satisfação onírica, aqui trazida para a realidade, com todo componente de inibição que separa seu estado infantil do atual. (Freud a Fliess, 15 de outubro de 1897, in Masson 1986, pp. 291-95)

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud retoma a hipótese do complexo de Édipo e faz preceder sua análise por uma observação segundo a qual, no que diz respeito à convivência entre afetos amorosos dirigidos a um dos pais e impulsos hostis voltados para o outro, os neuróticos não se diferenciariam tanto assim dos chamados normais. A diferença seria apenas

² Tragédia de Grillparzer (1817).

de grau, não de natureza, daí extraindo o mote para uma interpretação da tragédia de Édipo que, em seus lineamentos essenciais, já estava presente na carta a Fliess.

Acompanhando seus passos, somos surpreendidos por um Freud filólogo, exercendo sua acribia hermenêutica sobre a base, tanto de textos clássicos da antiguidade grega como também de poetas renascentistas e contemporâneos. Ao perfazer sua própria exegese (apoiada, evidentemente, na clínica psicanalítica), ele a contrasta com uma interpretação “canônica” da tragédia, firmada por venerável linhagem de filósofos, poetas, eruditos e filólogos, cuja cadeia se estende dos gregos aos românticos, chegando a autores contemporâneos de Freud, como Friedrich Nietzsche, por exemplo. Trata-se da concepção da *culpa trágica*, que tem sua origem e seu significado no confronto entre a ordem cósmica, a vontade dos deuses ou as forças inexoráveis do destino, de um lado, e a rebeldia indômita do anseio humano por liberdade, de outro lado; um conflito em que, no catastrófico destino a que inexoravelmente sucumbe o herói, reside também a dimensão de sua grandeza, o que permite conciliar, numa esfera sublime de sabedoria, a ordem das potências naturais e divinas com a ordem da liberdade humana. A esse respeito, afirma Rosenfeld:

A tragédia apresenta a vontade humana no seu desafio às forças do universo e da história, mostra o homem sofrendo, mas resistindo ao sofrimento graças à sua dignidade sublime e indestrutível. Assim, leva o espectador a entrever a possibilidade, por remota que seja, de um último sentido, de uma ordem universal transcendente e de uma harmonia absoluta em que é superado o abismo entre os mundos da necessidade natural e da liberdade moral, entre o dever e as inclinações dos impulsos. (1991, p. 11)

Rente aos versos de Sófocles em *Édipo Rei*, Freud formula o questionamento que orientará sua interpretação: Onde se encontra a obscura pista, dificilmente reconhecida, da *antiga culpa*? Num estilo que lembra de perto a crítica literária, Freud analisa a estrutura narrativa em que se enquadra a ação dramática dessa tragédia. Esta, de acordo com Freud, não

consistiria em “nada mais que na revelação, intensificada passo a passo e artisticamente diferida – comparável ao trabalho de uma psicanálise –, de que o próprio Édipo é o assassino de Laio, mas também o filho do assassinado e de Jocasta” (1900, p. 266).

O núcleo substantivo da interpretação de Freud, em sua oposição aos intérpretes clássicos, é que a tragédia produz seu efeito próprio não, como sustenta a referida tradição, pela lição a ser extraída do confronto entre as leis naturais, a vontade dos deuses e o afã de liberdade dos mortais, constantemente ameaçados pela *hybris* (a desmesura). Esse efeito não resulta de um sentimento nascido daquele conflito, cujo resultado deveria exercer um efeito pedagógico, edificante e piedoso de convencer os espectadores, profundamente comovidos, a abandonar-se confiadamente à vontade divina, reconhecendo seu sacrílego orgulho.

Trata-se de um equívoco ao qual, segundo Freud, teriam sucumbido também os modernos poetas e autores dramáticos, que se empenharam em obter o mesmo efeito trágico, adaptando fábulas por eles inventadas à mesma oposição entre a onipotência do destino e a fragilidade humana que se faz heróica, sem, no entanto, conseguir comover no mínimo sequer seus espectadores. A essa constatação se ligam duas observações de grande importância para a hermenêutica de Freud: em primeiro lugar, por que razão não podemos evitar, como também não o podia o grego antigo, a comoção e o abalo que nos provoca a tragédia de Sófocles? Em segundo lugar, por que podemos recusar como arbitrários os modernos acréscimos ou modificações introduzidas por nossos poetas nos destinos trágicos dos clássicos, tal como ocorre, no exemplo mencionado por Freud, com a peça *Avó-Ancestral* (*Abnfrau*) de Grillparzer?

A resposta de Freud desdobra-se em dupla vertente: em primeiro lugar, e negativamente, porque a solução só pode consistir no fato de a comoção e a empatia produzidas pela tragédia (em especial *Édipo Rei*) não se basearem, menos ainda resultarem, da oposição teológica entre destino (potências naturais ou divinas) e vontade humana. Em segundo lugar, e positivamente, porque essa solução só pode ser encontrada na

natureza do material ou do conteúdo da tragédia de Édipo, que, muito antes, devem ser remetidos àquela oposição entre mortais e imortais para tornar-se plenamente inteligível a potência que reconhecemos na elaboração trágico-artística do mito. Para Freud, é uma voz interior que em nós reconhece a “força coerciva do destino de Édipo”, que nele discerne também a tragédia de nossa própria condição. É esse momento de verdade, imbricado no conteúdo da tragédia de Sófocles, que podemos reconhecer em *Édipo Rei*:

Seu destino só nos comove porque também poderia ter sido o nosso, porque antes de nosso nascimento o oráculo pronunciou sobre nós a mesma maldição que sobre ele. A todos nós foi talvez reservado voltar para a mãe a primeira excitação sexual, o primeiro ódio e desejo violentador contra o pai: nossos sonhos convencem-nos disso. O rei Édipo, que abateu seu pai Laio e casou com sua mãe Jocasta, é apenas a realização de desejo de nossa infância. Porém, mais felizes do que ele, conseguimos desde então, na medida em que não nos tornamos psiconeuróticos, desligar nossas excitações sexuais de nossas mães, esquecer nosso ciúme contra nossos pais. Recuamos amedrontados diante da pessoa na qual se realizou aquele primevo desejo infantil com todo componente de inibição que esses desejos sofreram desde então em nosso interior. Enquanto o poeta traz à luz em sua investigação a culpa de Édipo, ele nos força ao reconhecimento de nosso próprio interior, no qual aqueles impulsos, ainda que reprimidos, ainda estão sempre presentes. A contraposição com que nos abandona o coro:

“Vede, este é Édipo,
Que decifra os altos enigmas e era o primeiro em poder,
Cuja felicidade os cidadãos louvavam e invejavam;
Vede, em que infortúnio, horrorosas vagas ele se precipitou.”

[...] Que a lenda de Édipo brota de uma primordial matéria onírica, que tem por conteúdo aquela penosa perturbação de nosso relacionamento com pais pelas primeiras excitações da sexualidade, disso se encontra no próprio texto da tragédia sofocleana uma indicação inequívoca. A Édipo, ainda não esclarecido, mas preocupado com a lembrança da sentença do Oráculo, Jocasta consola com a menção de um sonho, que em verdade tantos homens sonham, sem que ele, assim pensa ela, signifique algo:

“Pois muitos homens também já se viram em sonho
Acasalados com a mãe: e todavia quem isso tudo
Considera como nada, torna leve o peso da vida.”

O sonho de relacionar-se sexualmente com a mãe é partilhado também hoje do mesmo modo como outrora por muitos homens, que o relatam revoltados e admirados. Ele é, como se compreende, a chave da tragédia e a peça complementar do sonho da morte do pai. A fábula de Édipo é a reação da fantasia a esses dois sonhos típicos – e como os sonhos de adultos são vivenciados com sentimentos de recusa, assim também a saga tem de acolher em seu conteúdo também terror e autopunição. Sua configuração ulterior provém novamente de uma equivocada elaboração secundária do conteúdo, que procura colocá-lo a serviço de uma intenção teologizante. A tentativa de reunir a onipotência divina com a responsabilidade humana tem naturalmente de fracassar nesse material, como em todos os outros. (Freud 1900, p. 267 e s.)

Gostaria de sugerir aqui que a interpretação de Freud só se sustenta e se torna consistente sobre a base da pressuposição de validade da teoria do complexo de Édipo germinada em sua auto-análise, como mencionado na carta a Fliess anteriormente citada, e desenvolvida de início nos *Três ensaios sobre a sexualidade*, bem como em *A interpretação dos sonhos*. E, justamente por isso, ela barra o caminho para a consideração de outros aspectos de *Édipo Rei* que, a meu ver, foram apreendidos pela tradição que Freud combate, como pretendo demonstrar com recurso às teses hermenêuticas de Nietzsche.

Começo pelos elementos estilísticos, ligados ao modo de organização da ação dramática, ao ritmo de seu desenrolar na estrutura da narrativa. Quanto a esse aspecto, a descrição de Nietzsche é surpreendentemente parecida com a de Freud, o que faz suspeitar de uma ascendência comum naquela mesma tradição que leva aos românticos. Numa bem conhecida passagem de *O nascimento da tragédia*, Nietzsche descreve o enredo de *Édipo Rei* como sendo um processo maravilhosamente entrelaçado, de que o juiz vai destrinchando lentamente, elo por elo, para sua própria ruína final – entre uma e outra cena, tece-se uma cadeia de episódios que revelam pouco a pouco o destino de Édipo.

Todavia, onde Freud vislumbra horror e autopunição, o essencial, para Nietzsche, é colocar em relevo uma alegria autenticamente helênica na solução dialética daquele enigma, alegria tão grande que, por meio

dela, advém sobre a totalidade da ação dramática uma aura de augusta serenidade, que, por toda parte, transfigura os horrorosos pressupostos daquele processo. A resolução dialética que leva à catástrofe descerra, aos olhos de Nietzsche, um dos caminhos privilegiados para a compreensão da célebre sereno-jovialidade que distinguia o grego autêntico, mesmo em meio à fúria devastadora das potências naturais ou da cólera dos deuses.

Insuspeito de avalizar as intenções edificantes que a interpretação clássica e romântica da tragédia extrai da pretensa conciliação teológica ou moral do conflito entre mortais e imortais – interpretação da qual, no entanto, também se aproxima –, Friedrich Nietzsche destaca algumas das mesmas passagens que mereceram a atenção de Freud, para nelas espreitar um significado inteiramente diverso para o drama de Édipo. Nietzsche interpreta o mito de Édipo como estilização artística mais profunda da culpa trágica, tal como a concebe a sabedoria dionisíaca. O que ela ensina, ao ligar a saga mítica à potência mágica da música do verso ditirâmico, é a necessidade de limitar o ímpio delírio de onipotência humana, a insânia de um saber e de um agir que pretende ultrapassar toda medida, derrubar toda fronteira, desvendar todos os enigmas do ser, percorrer todos os labirintos da existência, guiados pelo fio de Ariadne do *lógos*.

Nesse sentido, a primeira observação a fazer é que toda a imensa sabedoria de Édipo repousa, paradoxalmente, sobre um fundo de inconsciência e de ilusão. Campeão do conhecimento, Édipo desconhece a verdade sobre sua própria origem. É sobre o pano de fundo dessa dialética entre conhecimento e ignorância, verdade e ilusão, atividade e passividade, poder e impotência que se desenrola o drama e se cumpre o destino terrível do herói.

Quando Creonte revela a Édipo que o flagelo de Tebas fora enviado pelos deuses como castigo por terem os tebanos deixado de vingar a morte de Laio, o destemido Édipo, na inconsciência de seu terrível papel, se precipita para a ação, chamando sobre si toda responsabilidade:

Está bem: havemos de voltar à origem desse crime, e pô-lo em evidência. É digna de Apolo, e de ti, a solicitude que tendes pelo morto; por isso mesmo, ver-me-eis secundando vosso esforço, a fim de reabilitar e vingar a divindade e o país ao mesmo tempo. E não será por um estranho, mas no meu interesse que resolvo punir esse crime; quem quer que haja sido o assassino do rei Laio, bem pode querer, por igual forma, ferir-me com a mesma audácia. (Sófocles s/d., p. 25)

Com a temeridade impetuosa que o caracteriza como herói, Édipo profere, então, a sentença maldição que, ao final da trama dialética de ignorância e verdade, o levará à aniquilação:

[...] eis o que ordeno que se faça: Que nenhum habitante desse reino, onde exerço o poder soberano, receba esse indivíduo, seja quem for; e não lhe dirija a palavra, nem permita que ele participe das preces ou de holocaustos, ou receba a água lustral! Que todos se afastem dele, e de sua casa, porque ele é uma nódoa infamante, conforme acaba de nos revelar o oráculo do deus. E, ao criminoso desconhecido, eu quero que seja para sempre maldito! Quer haja cometido o crime só, quer tenha tido cúmplices, que seja rigorosamente punido, arrastando, na desgraça, uma vida miserável... E se algum dia eu o recebi voluntariamente no meu lar, que sobre mim recaia essa maldição os males que ela trará! (Ibid., p. 26)

Sabemos como o drama se conclui. O Édipo todo-poderoso acaba sendo reduzido, depois de ter conhecido a verdade inteira sobre sua origem, a mais completa situação de impotência. Para não mais ver a monstruosidade de seus crimes, nem na Terra nem mesmo no Hades, Édipo – agora o maldito e ignominioso – fura os olhos e se torna absolutamente indefeso, impotente, resignado e indefeso. É nessa condição que o coro o lamenta:

Oh gerações de mortais, como vossa existência nada vale a meus olhos! Qual a criatura humana que já conheceu felicidade que não seja a de parecer feliz, e que não tenha recaído após, no infortúnio, finda aquela doce ilusão? Ilustre e querido Édipo, tu que no leito nupcial de teu pai foste recebido como filho, e como esposo dize: como por tanto tempo esse abrigo paterno te pôde suportar em silêncio? Só o tempo, que tudo vê, logrou, enfim, ao cabo de tantos anos, condenar esse himeneu abominável, que faz de ti pai, com aquela de quem eras filho! (Ibid., pp. 59 e s.)

O Édipo, cujo poderio imenso ousou desafiar a profecia do oráculo e lutar contra o destino, submete-se agora, integralmente, às forças sobre-humanas que ousara afrontar. Sua posição, e sua condição, no diálogo final com Creonte, mobiliza as imagens mais pungentes da fragilidade, abandono, impotência. Nessas figuras culmina a dialética, a que me referi momentos antes, entre a ação e a passividade:

Que meu destino siga seu curso! Quanto a meus filhos, Creonte, não te preocupes com os rapazes; são homens, e, onde quer que estejam, não lhes faltarão meios de vida. Mas, de minhas infelizes filhas, tão dignas de piedade, para quem nunca foi posta a mesa sem que eu estivesse ao lado, e que de minhas mãos recebiam sempre um pouco do alimento que para mim se preparava, oh! Tem pena delas, eu te peço, e consente que eu as acaricie com estas mãos, e que ainda deplore com elas a nossa desdita! Eu te conjuro, ó rei, de tão nobre raça! Tocando-lhes com as mãos, eu acreditarei que as vejo, como no tempo em que as via realmente. (Ibid., pp. 64 e s.)

Nesse sofrimento monstruoso, o coro trágico discerne a condição e a realidade da inteira raça dos mortais. E, nesse passo, Nietzsche recorre exatamente ao mesmo trecho que Freud, tal como anteriormente citado neste trabalho:

Habitantes de Tebas, minha pátria! Vede este Édipo, que decifrou os famosos enigmas! Deste homem, tão poderoso, quem não sentirá inveja? No entanto, em que torrente de desgraças se precipitou! Assim, não consideremos feliz nenhum ser humano, enquanto ele não tiver atingido, sem sofrer os golpes da fatalidade, o termo de sua vida. (Ibid., p. 66)

Com base nessa passagem, Nietzsche se esforça para decifrar o enigma representado pela figura de Édipo, mistério no qual está encerrada a verdade dionisíaca acerca da origem da culpa trágica:

Édipo, o assassino de seu pai, Édipo, marido de sua mãe, Édipo, solucionador do enigma da esfinge! Que nos diz a misteriosa trilogia desses atos fatais? Existe uma antiqüíssima crença popular, persa, em particular, segundo a qual um mago

sábio só pode nascer de um incesto: coisa que, em relação a Édipo – que resolve o enigma da esfinge e se casa com a mãe –, temos de interpretar sem tardança no sentido de que ali onde forças divinatórias quebram o sortilégio do presente e do futuro [...] e, em geral, a magia propriamente dita da natureza, ali tem de haver antes, como causa, uma imensa transgressão – como é o caso do incesto –; pois como se poderia compelir a natureza a franquear seus segredos a não ser opondo-se a ela uma vitoriosa resistência, quer dizer, por meio do antinatural? Esse é o conhecimento que vejo expresso naquela espantosa tríade de destinos de Édipo: aquele mesmo que soluciona o enigma da natureza – daquela esfinge bifforme – tem de transgredir também, como assassino de seu pai e marido de sua mãe, as ordenações mais sagradas da natureza. (Nietzsche 1980, pp. 66 e s.)

Mas, é justamente nesse momento da solução do enigma que a interpretação de Nietzsche atinge seu momento mais vigoroso. De acordo com ela, o poeta trágico procura nos convencer que o destino de Édipo não pode ser lido como *pecado*, que sua miséria não é infâmia, mas triunfo, que seu silêncio é sabedoria, que o delírio de onipotência da ação violenta foi sublimado em santidade e doçura. Proponho-me, então, a acompanhar passo a passo essa interpretação, apropriando-me da força e da beleza do próprio texto de Nietzsche para tornar claras minhas conclusões:

A mais sofredora personagem do palco grego, o desgraçado Édipo, foi entendido por Sófocles como o homem nobre que, apesar de sua sabedoria, está destinado ao erro e à miséria, mas que, ao final, em virtude de seu monstruoso sofrimento, exerce ao redor de si uma força mágica e benfazeja, que continua atuando mesmo depois de sua morte. O homem nobre não peca, quer nos dizer o poeta profundo: talvez, por causa de seu agir, pereça toda lei, toda ordem natural, inclusive o mundo ético; porém, justamente por meio desse agir, traça-se um círculo mágico e superior de efeitos, que funda um novo mundo sobre as ruínas do velho mundo desabado. (Ibid., p. 65)

Para ele, em *Édipo Rei*, percebemos com clareza o aspecto propriamente poético e artístico visado por Sófocles: do ponto de vista do artista, não existe pecado no drama de Édipo. Sua ação desmesurada arruína a ordem natural e moral do universo, é inegável. A solução do enigma da

Esfinge devassa os mistérios do tempo, da cronologia natural da vida e, portanto, da legislação mais universal da natureza. A transgressão da ordem ética é simbolizada pela monstruosidade que consiste em tornar-se irmão dos próprios filhos. Mas, em nenhum desses planos, trata-se apenas de pecado punido com a mera destruição: um novo mundo mágico emerge das ruínas da antiga ordem desmoronada. Na peça *Édipo em Colono*, em que Freud reconhecia uma ulterior configuração do mito como renovada elaboração secundária equivocada, a serviço de propósitos teologizantes, Nietzsche pretende decifrar os sinais da abissal sabedoria dionisíaca: o incestuoso parricida torna-se sábio resignado, purificado pela força do sofrimento, a irradiar de si um círculo mágico de bênçãos.

Aqui se encerra a interpretação de Nietzsche, com o deslindamento do segredo presente na poderosa estética de Sófocles. A beleza artística vela a verdade aterradora do mito: aquela de acordo com a qual o ímpeto desenfreado do conhecimento é *hybris*, antinatureza, e, como atrocidade, arrasta consigo o flagelo e a destruição. A verdade dionisíaca é mortal. Ela revela que, a despeito de sua agitação frenética e ruidosa, só produzimos fugazes efeitos de superfície, que nada alteram no essencial das coisas: nem o curso do mundo nem nosso próprio destino:

Em *Édipo em Colono*, encontramos essa mesma serenidade, porém, elevada a uma infinita transfiguração: diante do ancião flagelado por um excesso de miséria – exposto puramente como paciente e sofredor a tudo o que com ele ocorre –, encontra-se a serenidade supraterebre que, desde a esfera divina, desce cá para baixo e nos dá a entender que é com seu comportamento puramente passivo que o herói alcança sua atividade suprema, que se estende muito além de sua vida; enquanto os pensamentos e desejos conscientes de sua vida anterior conduziram-no somente à passividade. (Ibid., p. 66)

E, no entanto, é como ancião cego e alquebrado, reduzido à mais deplorável passividade aparente, que ele se eleva à atividade verdadeira e suprema: cercado pelas filhas desgraçadas, o cego indefeso encarna a potência inefável de irradiar, por seu abismo de sofrimento, uma serena e

mágica aura de bênçãos, que se espalha por tudo que o cerca, perdurando muito tempo depois de sua morte. Essa conversão constitui, pois, a verdade da dialética entre ativo e passivo, assim como já o fora, de maneira diferente, no jogo dialético entre verdade e ilusão, consciência e ignorância, tal como acompanhamos em *Édipo Rei*.

Concluo este trabalho com um retorno à interpretação de Freud no propósito de formular uma impressão que espero poder submeter à discussão posterior: podemos encontrar na obra de Freud um posicionamento teórico manifestamente iluminista, defendido com tenacidade por ele ao longo de toda sua carreira. Essa postura constitui tanto um aspecto fundamental de sua interpretação da tragédia de Sófocles como de sua refutação do mitologema clássico, segundo o qual o destino trágico deve ser entendido como triunfo da justiça divina, no confronto entre o ímpio orgulho humano e as forças inexoráveis da moira, como pudemos acompanhar já no texto *A interpretação dos sonhos*.

As duas coisas, porém, se comunicam e encontram um ponto de apoio na hipótese filogenética que faz radicar no complexo de Édipo a origem da religião, das restrições éticas, dos escrúpulos e sentimentos morais, assim como da lei, da civilização e da cultura, nos mesmos termos já enunciados nos *Três ensaios sobre a sexualidade* – esse é um ônus considerável de uma hipoteca metafísica que a teoria da cultura e a metapsicologia de Freud não podem deixar de assumir.

Referências

- Freud, Sigmund 1900: “Die Traumdeutung”. In: Freud 1982, v. 2.
- ____ 1905: “Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie”. In: Freud 1982, v. 5.
- ____ 1982: *Werke*. Editado por A. Mitscherlich, Richards, J. Strachey. Frankfurt/M, Fischer.

- Masson, Jeffrey Moussaieff (ed.) 1986: *Briefe an Wilhelm Fliess 1887 – 1904*. Frankfurt/M, Fischer.
- Nietzsche, Friedrich 1980: *Die Geburt der Tragödie (O nascimento da tragédia)*. In: Nietzsche 1980: *Sämtliche Werke*. Kritische Studienausgabe (KSA). v. 1. Editado por G. Colli e M. Montinari. Berlin/New York/München, Gruyter/ DTV.
- Rosenfeld, Anatol 1991: “Introdução”. In: Schiller, Friedrich 1991: *Teoria da tragédia*. São Paulo, EPU.
- Sófocles s/d: *Rei Édipo*. Tradução de J. B. de Mello e Souza. Rio de Janeiro, Ediouro.